

Memória das Assembleia dos Povos do Ceará

ASSEMBLEIA	PERÍODO	ANO	ALDEIA	MUNICÍPIO	POVO
I	26 a 29 de Agosto	1994		Poranga	
II	27 e 28 de Outubro	1995	Santo Antônio	Maracanaú	Pitaguary
XIII	9a 12 de Dezembro	2007	Aldeia Buriti	Itapipoca	Tremembé
XIV	15 a 20 de Dezembro	2008	Aldeia Cajueiro	Poranga	Tabajara e Kalabaça
XV	26 a 30 de Janeiro	2010	Aldeia Matões	Caucaia-CE	Anacé
XVI	16 a 19 de Dezembro	2010	Aldeia Mundo Novo	Monsenhor Tabosa	Potiguara, Tabajara, Gavião e Tubiba Tapuia
XVII	19 a 23 de Dezembro	2011	Aldeia Gameleira	São Benedito	Tapuya-Kariri
XVIII	06 a 09 de Março	2013	Aldeia Fidélis	Quiterianópolis CE	Tabajara
XIX	19 a 22 de Fevereiro	2014	Aldeia Lagoa dos Tapeba	Caucaia-CE	Tapeba
XX	11 a 13 de Setembro	2015	Aldeia Varjota	Itarema CE	Tremembé de Almofala
Extraordinária	4 de Abril	2017	FUNAI	Fortaleza-CE	Ocupação da FUNAI-CE

FONTES:

<http://www.arquidiocesedefortaleza.org.br>

<http://indiosnonordeste.com.br>

<http://www.indiosonline.net>

<http://www.vermelho.org.br/noticia/45572-1>

www.adelco.org.br

<http://planetamovimentojanetemelo.blogspot.com.br>

<http://acervo.racismoambiental.net.br/2012/02/01/relatorio-da-xvii-assembleia-dos-povos-indigenas-do-ceara/>

XIV Assembleia dos Povos Indígenas do Ceará

Povos Indígenas do Ceará realizam assembléia

Está acontecendo de 15 a 20 de dezembro na aldeia Cajueiro no município de Poranga, distante 382 km de Fortaleza, a 14ª assembléia geral dos Povos Indígenas do Ceará.

Participam cerca de 250 representantes das etnias jenipapo-kanindé, anacé, jucá, kalabaça, kanindé, kariri, pitaguary, potiguara, tabajara, tapeba, tupiba/tapuia e tremembé.

O encontro, realizado há 14 anos, acontece tradicionalmente em uma área de disputa de terras entre índios e não-índios. Na pauta estão previstas a avaliação das entidades indígenas e indigenistas; Política Partidária; eleições para nova Coordenação da micro-região da APOINME(CE) e reivindicações para 2009.

Reafirmar a identidade cultural, e a Demarcação de terras no município de Poranga também serão questões discutidas. As etnias Tabajara e Kalabaça aguardam a finalização do processo de retomada das terras na

Aldeia Cajueiro, no município de Poranga desde junho de 2007.

A assembléia é organizada pela Coordenação das Associações dos Povos Indígenas do Ceará (Copice), a Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoime), e a Articulação das Mulheres Indígenas no Ceará (Amice).

Fonte: AnotE - Agência de Notícias Esperança

<http://www.vermelho.org.br/noticia/45572-1>

XV Assembléia Estadual dos Povos Indígenas do Ceará.

Fonte: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/indios-cobram-politicas-para-reconhecer-etnias-1.719910>

Com o tema "Progresso e Respeito aos Povos", a assembleia continua pautada, como em anos anteriores, nos entraves de reconhecimento, de que existem, sim, índios no Ceará, que são pelo menos 14 etnias espalhadas em 18 municípios, preservando as singularidades culturais. Porém, mais importante do que tinta no corpo e cocá de penas na cabeça é o auto-reconhecimento enquanto descendente das gerações que já viviam no Ceará antes dos colonizadores aqui chegarem.

Só tem duas décadas que as etnias indígenas no Ceará começaram a se reunir de forma mais consistente, constituídos em entidades, para reivindicar os direitos, primeiro de demarcação de suas terras, e então a educação, a cultura e o respeito às tradições. Na derrubada do mito de que "não existe índio no Ceará", o confronto direto e indireto com não-índios, principalmente os que se assumem donos de grandes pedaços de terra no Interior, reconhecidos judicialmente ou não, sabendo que devem sair de uma propriedade caso se reconheça como pertencente a povos indígenas.

"Para que não percam as terras de índio no Ceará, eles preferem desconhecer a existência do índio, pra não termos a reserva de nosso direito. Se não fossem essas obras do Pecém, provavelmente já teriam reconhecido a área dos Anacés", afirma Dourado Tapeba. De acordo com a direção da Funai, em Brasília, será concluído até o final de fevereiro o levantamento, inclusive antropológico, sobre as áreas do Pecém em que existem povos indígenas. Segundo Tiago Halley, o "Tiago Anacé", a última contagem da Funai verificou a existência de 1.265 índios no Pecém. "Já foi solicitada uma nova contagem, mas só aqui são mais de 400 famílias diretamente atingidas pela decisão judicial que não reconhece a área como dos índios. Estamos sentindo muito com o que estão decidindo, mas temos como e vamos recorrer dessa decisão absurda, que fere a constituição, os direitos humanos, e a vida dos Anacés", lamenta Tiago Anacé.

Boas perspectivas

A 15ª Assembleia Estadual dos Povos Indígenas termina com uma carta elaborada por todos os povos que participam e, segundo Dourado Tapeba, a perspectiva é de boas conquistas dos direitos dos índios cearenses em 2010. Um dos maiores consensos expostos na carta será a necessidade de lideranças indígenas participarem da política partidária este ano, para uma maior representatividade dos povos. Em Crateús, o suplente de vereador, Renato Potiguar, será a primeira liderança indígena a assumir uma vaga no Legislativo municipal no Ceará.

FIQUE POR DENTRO

Por mais direitos

A Assembleia Estadual dos Povos Indígenas acontece há 15 anos, reunindo as etnias indígenas que existem em 18 municípios do Estado. O evento é o principal momento de mobilização indígena, para discutir as conquistas dos direitos e elaborar as novas reivindicações, que sempre culminam em uma carta, elaborada ao final das discussões, endereçadas para as autoridades públicas federais e estaduais. A assembleia acontece no território da etnia Anacé, que trava uma luta judicial contra o avanço das obras no Complexo Portuário do Pecém, que estaria invadindo a área e prejudicando famílias de índios. A Coordenação dos Povos Indígenas do Ceará (Copice) têm registradas concentrações de etnias indígenas no Ceará, mas estas podem aumentar na medida em que houver novos auto-reconhecimentos.

XVI Assembléia Estadual dos Povos Indígenas do Ceará.

Nós povos indígenas do Estado do Ceará estamos mais uma vez unidos e organizados para realizarmos a XVI Assembléia Estadual dos Povos indígenas do Estado do Ceará, que se realizará no período de 16 a 19 de Dezembro de 2010 na cidade de Monsenhor Tabosa na Aldeia Mundo Novo dos parentes indígenas Potiguara, Tabajara, Gavião e Tubiba Tapuia.

Para nós povos indígenas do Estado do Ceará é um momento muito importante para avançarmos na luta e concretização de nossos direitos, pois é o momento onde discutimos assuntos voltados para: Demarcação de nossas Terras; educação escolar indígena; saúde específica e diferenciada; política indigenista e partidária e muitos outros temas voltados para a realidade de nossas aldeias.

São exatamente 16 anos consecutivos de realização de nossas assembleias, mesmo com muitos obstáculos somos fortes e resistentes para continuar lutando pelos nossos direitos.

Apesar de todas as forças unificadas de nosso movimento infelizmente ainda sofremos muito por não termos as nossas terras demarcadas, mas Jamais deixaremos de lutar, pois sabemos que um dia iremos comemorarmos com as nossas TERRAS DEMARCADAS.

Cacique Jorge Tabajara do Ceará. Ixé morubixaba Ikatu Kaá Tabajara de Poranga.

XVI ASSEMBLÉIA DOS POVOS INDIGENAS DO CEARÁ

Aconteceu de 16 a 19 de dezembro na Aldeia Mundo Novo município de Mosenhor Tabosa a XVI Assembléia dos Povos Indígenas do Ceará. A assembleia contou com a participação dos seguintes Povos Indígenas: Tapeba, Pitaguary, Jenipapo Kanindé, Tremembé, Kanindé de Aratuba, Tabajara, Potiguara, Kariri Tapuia, Kalabaça, Kariri e Tupinambá. A assembleia teve como foco a avaliação das políticas públicas como educação, saúde e a demarcação de terras no Ceará. Contamos ainda com a análise de conjuntura pelo vereador de Fortaleza João Alfredo. Logo na chegada fomos abençoados com uma grande chuva, o que modificou logo a paisagem do lugar e deixou um clima mais frio.

Um dos pontos altos da assembleia foi à discussão da política partidária. Muitos foram os relatos de tentativas em vão das nossas lideranças que se aventuram em candidaturas em que não são bem sucedidas. Muitos dos nossos parentes não acreditam na força que temos e acabam votando em outras pessoas que não tem compromisso com a causa indígena. Ficou como direcionamento que posteriormente nos reuniremos nas nossas diversas aldeias e discutiremos essa pauta com nossas comunidades e iremos amadurecendo cada vez a idéia de candidaturas indígenas.

Ceição Pitaguary

RELATÓRIO DA XVII ASSEMBLÉIA ESTADUAL DOS POVOS INDÍGENAS DO CEARÁ

Local: Aldeia indígena Gameleira – Povo Tapuya-Kariri-São Benedito – Ceará
Data: 19 a 23 de Dezembro de 2011.

A XVII Assembléia Estadual dos Povos Indígenas do Ceará, realizada na Aldeia Gameleira do Povo Tapuya-Kariri, localizada no município de São Benedito, teve início no dia 19 de dezembro de 2011, com a chegada das delegações indígenas e representantes de entidades, instituições e demais parceiros, recepcionados pelas lideranças Tapuia Kariri de São Benedito recebendo as delegações e dando as boas vindas aos Povos Indígenas Anacé, Gavião, Jenipapo-Kanindé, Kalabassa, Kanindé, Kariri, Pitaguary, Potiguara, Tabajara, Tapeba, Tremembé, Tubiba-Tapuya e Tupinambá e aos representantes do Povo Potiguara do Rio Grande do Norte e Tabajara do Piauí.

A abertura oficial da assembleia, ocorreu na manhã do 20/12/2011, com a cerimônia de purificação e limpeza do local da assembleia e ritual sagrado de confraternização entre todos os povos presentes, para que todos que estivessem presentes pudessem ser abençoados no encontro, através da luz de Pai Tupã, Mãe Tamaim, dos Espíritos das Matas e dos Encantados, onde todos os povos são fortalecidos, através de

preces e músicas entoadas através do Toré e do Torém.

Após esse momento espiritual, o Coordenador Executivo da APOINME, Dourado Tapeba, abre os trabalhos apresentando cada delegação indígena presentes, enfatizando a alegria de compartilhar esse momento com representantes indígenas Potiguara do Rio Grande do Norte e Tabajara do Piauí. Logo após a apresentação dessas delegações é procedida as falas das seguintes autoridades indígenas e não indígenas presentes na assembléia: Irmã Maria Luisa da Pastoral Social da Arquidiocese de Tianguá, Doutor Paulo Fernando da FUNAI-CR/Fortaleza, Rômulo da Superintendência Estadual do IBAMA no Ceará, Gabriel Andrade estudante de mestrado da UFC e Bruno estudante de antropologia da UFPE, Doutor Pierre – Deputado Estadual do PC do B, Saul e Gardiel de São Benedito, Florêncio da Associação Missão Tremembé – AMIT, Régia Mônica da Coordenação da Igualdade Racial de São Benedito, Paixão – Coordenador da Coordenadoria de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial do Gabinete do Governador do Ceará e o Deputado licenciado Lula Moraes do PC do B, depois, cacique Renato Potyguara – Coordenador da APOINME da MR Semi-Árido e Ibiapaba, Ceíça Pitaguary – Coordenadora do Departamento de Mulheres indígenas da APOINME, cacique Bida Jenipao-Karindé – Coordenadora da AMICE, Jorge Tabajara – Coordenador da COPICE, Weibe Tapeba – Coordenador da OPRINCE e Membro da Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena do MEC e das Lideranças Tapuya-Kariri – Andrea kariri, Luana kariri, Cacique Cícero Kariri, Vice-cacique Neguinho Kariri e do Pajé Tissé Kariri, que derão as boas vindas oficiais em nome da comunidade anfitriã.

Após a abertura oficial da assembléia, Dourado Tapeba convida o cacique Renato Potiguara para coordenar a primeira mesa com o tema: “A espiritualidade como instrumento de fortalecimento da luta pela demarcação e posse dos territórios indígenas”, que imediatamente convida todos os caciques e pajés presentes na assembléia para compor a mesa de discussão, que abordou enfaticamente a relação da luta indígena fortalecida através da espiritualidade e força que vem dos encantados, refletindo sobre a necessidade de valorizar mais nas aldeias as práticas ritualísticas, o respeito a natureza e celebração aos espíritos das matas e das águas, para que a luta em defesa dos direitos indígenas possa se fortalecer ainda mais. Após as falas dos caciques e pajés, abriu-se o debate aonde todos os inscitos convergiram para o entendimento de que somente se pode construir um movimento indígena coeso, unificado e fortalecido se todos tivermos unidos e fortalecidos também na espiritualidade e essa espiritualidade tem que ser exercida permanentemente nas aldeias, através de seus lugares de memórias, terreiros sagrados e locais de rituais. Como principais propostas encaminhadas nesse primeiro momento, destacaram-se a proposta de Dourado Tapeba, direcionado ao Deputado Licenciado Lula Moraes e a Assembléia Legislativa do Ceará em realizar uma Audiência Pública para discutir e revogar o relatório da província do Siará de 1863 que dava como extinta os povos indígenas nesse estado e da constituição de uma Comissão sobre os Povos indígenas no âmbito da Assembléia Legislativa do Ceará e a proposta de Ceíça Pitaguary de que a Coordenadoria de Políticas de Promoção da igualdade Racial deverá garantir a vaga de um indígena em sua equipe. Aproveitando a presença da coordenadora de Promoção de Igualdade Racial de São Benedito e do Coordenador Estadual de Políticas para a promoção da Igualdade Racial na assembléia, o cacique Cícero kariri, questionou como pode as instituições e a prefeitura de São Benedito apoiar a organização de uma comunidade de remanescentes de quilombolas dentro de uma comunidade indígena, situação semelhante vivenciada pelos povos indígenas Gavião de Monsenhor Tabosa e Tapeba de Caucaia. Para essa preocupação a representante do município de São Benedito justificou que o município não está incentivando a organização dessa comunidade e que no momento só há iniciativas de organização de uma escola da localidade que pretende se constituir enquanto uma escola quilombola e que a merenda escolar já está sendo liberada com o percapta diferenciado contemplando essa realidade. Já Ivaldo Paixão da COEPIR informa que o Governador do Estado do Ceará já criou uma coordenadoria regional em Sobral e no Cariri que deverá ter um representante indígena nessas coordenadorias.

Iniciando os trabalhos da tarde é formada a 2ª mesa – “Terra e Território: Uma análise sobre a função sócio-ambiental das Terras Indígenas e os projetos de Infra-Estrutura e suas Implicações”- Na ocasião a mesa foi coordenada pela liderança Andrea Tapuia Kariri. A mesa foi composta pelo Coordenador da Coordenação Regional de Fortaleza, Dr. Paulo Fernando (FUNAI), Rômulo (analista ambiental do IBAMA-CE, Jorge Tabajara (COPICE) e Weibe Tapeba (Coordenação Regional de Fortaleza). Rômulo – Analista Ambiental do

IBAMA/CE inicia suas falas fazendo uma reflexão sobre a questão das terras indígenas e a atuação do IBAMA em conjunto com a FUNAI, abordando as limitações de atuação o êxito em diversas ações ocorridas no ano de 2011. Os expositores fizeram reflexões sobre a necessidade de atuação com maior eficácia por parte do IBAMA em conjunto com a FUNAI e das dificuldades enfrentadas por essas instituições. Também abordou-se problemas relativos aos licenciamentos de empreendimentos por parte da SEMACE em Terras Indígenas. Como os assuntos das mesas 2 e 3 são parecidos ficou acordado pela plenária a junção das mesmas sendo chamado para compor a mesa o técnico da FUNAI – CR Fortaleza, Sr. Oduvaldo Girão (Chefe do Setor de Fiscalização da CR Fortaleza-FUNAI). Diante da confirmação da impossibilidade de participação da servidora da FUNAI Dra. Leila Sotto Maior, o Coordenador da FUNAI aproveitou a possibilidade para informar a situação de cada terra indígena e as perspectivas para o ano de 2012.

Jorge Tabajara (Coordenador da COPICE), lembra que as terras do semi-árido e da Ibiapaba também tem que ser lembradas e que também sofremos muito com os posseiros. Aproveita para solicitar uma atenção maior dos órgãos ao semi-árido. Dr. Paulo Fernando Coordenador regional da FUNAI, entrega um documento ao Cacique Sotero marcando a data da realização do estudo da Terra Indígena Sítio Fernandes, prevista para o mês de março de 2012, um documento de transferência do INCRA/CE para a FUNAI da área denominada Nazário/Serra da Ibiapaba/Crateús/CE para as lideranças indígenas dessa região, um documento tratando da contestação por parte da FUNAI sobre a Terra Lagoa da Encantada do Povo Jenipapo Kanindé sobre a anulação da portaria declaratória dessa terra indígena no STJ e um documento do GT da Terra Indígena Barra do Mundaú dos Tremembé de Itapipoca, aproveitando a oportunidade para apresentar o Coordenador da CTL de Itarema, Sr. Antonio Neto. Oduvaldo Girão fala de sua atribuição de fiscalizar as terras indígenas no Ceará e das limitações do Setor de Monitoramento Territorial da coordenação Regional de Fortaleza e as perspectivas de atuação do setor para o ano de 2012. Após a realização do debate destacou-se as seguintes propostas de encaminhamentos: Reivindicar do IBAMA que as multas aplicadas as empresas e pessoas físicas que degradam o meio ambiente dentro das terras indígenas, que os recursos sejam revestidos para as próprias comunidades indígenas através de ações de educação ambiental e de recuperação de áreas desmatadas, a aprovação de uma Moção de Apoio a assinatura do Decreto que institui a Política Nacional Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas – PNGATI, o fortalecimento do SEMAT da CR-Fortaleza e ampliação de sua atuação das comunidades indígenas do Semi-Áridos e Ibiapaba, solicitação de uma visita técnica a comunidade Mambira do Povo Potiguara em Crateús e solicitação de realização de uma audiência pública, para o mês de fevereiro de 2012, com o Ministério Público, FUNAI e INSS, para que seja realizado um cadastro único da população indígena indígena, com todos os índios do município de Crateús e sobre a violação dos direitos previdenciários dos segurados especiais indígenas da região, a proposta de que o IBAMA possa realizar a soltura de animais silvestres apreendidos na região para o interior dos limites da Terra Indígena Nazário e a proposta de realização de uma audiência na procuradoria da república em Sobral para discutir o processo de criminalização das lideranças Tabajara da Aldeia cajueiro e das ações de degradação ambiental incentivada por um vereador do Partido Verde em Poranga.

Adriana Tremembé faz a leitura da programação da Festa do Batiputá e do Murici que deverá ser realizada na segunda semana do mês de janeiro de 2012, na Terra Indígena Barra do Mundaú em Itapipoca e convida a todos para participar. A mesa é interrompida para que o Dom Francisco Xavier, Bispo da Arquidiocese de Tianguá pudesse fazer seus cumprimentos aos participantes da Assembléia e dizer que a arquidiocese de Tianguá reforça o apoio aos índios Tapuya Kariri.

No dia 21 de dezembro de 2011, foi iniciado os trabalhos com a realização do ritual Toré/Torém e em seguida realizada a leitura do Regimento Interno da assembléia com seus objetivos e regras que disciplinam a realização da assembléia, que após a sua discussão prontamente foi aprovado pela plenária presente, com o encaminhamento de organização de um GT que deverá elaborar um estatuto para todas as assembléias estaduais dos povos indígenas a serem realizadas futuramente.

Seguindo a programação do dia é formada a 4ª mesa: “A Política de Atenção a Saúde dos Povos indígenas na Perspectiva da Secretaria Nacional de Saúde Indígena –SESAI/MS” coordenada pelo Cacique Jorge Tabajara e com os seguinte expositores: Dra. Meire Fontes(SESAI) e Dourado Tapeba (Assessor do

Controle Social do DSEI/CE), que registra a ausência de Dijé Tremembé (Presidente do Conselho Distrital de saúde Indígena do Ceará-CONDISI/CE), justificada por seus parentes presentes. Dourado Tapeba faz um histórico da saúde indígena no Ceará de 2007 a 2011 que culminou com a criação da SESAI. É ressaltado pela mesa a conquista de expansão do atendimento médico as comunidades indígenas do Semi-árido e Ibiapaba, que deverá ter a cobertura de atendimento a partir do primeiro bimestre de 2012. As equipes que atenderão as comunidades indígenas nos municípios terão apenas os AIS e AISAN indicados pelas comunidades indígenas, e os demais profissionais serão contratados por meio de seleção pública, através da Empresa Missão Kaiowá. Também é ressaltado o estado de precariedade de atendimento e acolhida por parte da CASAI, já que os seus funcionários estão sem receber seus pagamentos e não há alimentação para os pacientes e seus acompanhantes resultado da pendência de regularização da documentação cartorial e bancária da COPICE até então conveniada com o Ministério da Saúde para cobrir tais ações. Dra. Meire Fontes (DSEI-CE/SESAI), fala das dificuldades e avanços ocorridos. Por um lado a criação da SESAI foi um avanço, mas há demora de sua implantação em virtude dos tramites legais. Além de dúvidas com relação aos profissionais que deverão compor as equipes que estão sendo contratadas para atuar nas comunidades indígenas o tema que mais repercutiu nessa mesa foi a questão de acesso a água para o consumo humano. As comunidades que mais apresentaram dificuldades foram a Aldeia Fideles (Quiterianópolis), Aldeia Nazário e Mambira (Crateús), Aldeia cajueiro (Poranga) e Aldeia Boa Vista (Monsenhor Tabosa). Como encaminhamento dessa mesa, é sugerido a plenária que prontamente aprovou uma carta endereçada ao Ministério público Federal, a Controladoria Geral da União – CGU, ao Tribunal de Contas da União – TCU e a Corregedoria Geral da FUNASA, denunciando o atual gestor da Coordenação Regional da FUNASA no Ceará responsabilizando pela não aplicação dos recursos descentralizados para o saneamento básico nas comunidades indígenas através da perfuração de poços e consertos de bombas nos poços que encontram-se paralisados.

Continuando a programação, é formada a 5ª Mesa: “Políticas de Desenvolvimento Rural Sustentável e Etnodesenvolvimento: Fomento a atividades produtivas e de subsistência”, coordenada pela liderança indígena Eliane Tabajara, tendo como expositores a representante do Departamento de Mulheres indígenas da APOINME Ceíça Pitaguary que também compôs o GT da PNGATI e o técnico da CR Fortaleza/FUNAI Lúcio Wanderley. Ceíça expõe o que é a PNGATI e fala sobre as áreas prioritárias a serem cobertas inicialmente através das ações do GATI. Aqui no Ceará a T.I Córrego de João Pereira é a única Terra Indígena assistida por essas ações, que deverão ser aperfeiçoada no ano de 2012. Lúcio Wanderley faz uma exposição superficial da programação da Coordenação Regional de Fortaleza nas ações custeadas pela Coordenação Geral de Promoção para o Desenvolvimento Sustentável – CGPDS e pela Coordenação Geral de Etnodesenvolvimento – CGETNO, abordando os principais problemas que provocaram a não efetivação de grande parte das ações previstas, entre elas cita a publicação de um decreto presidencial limitando o nº de diárias de servidores, construções de edificações, locação de imóveis, etc. Fala ainda sobre as ações que foram planejadas para o ano de 2012. O debate concentra discussão entre as ações de etnodesenvolvimento e a questão que envolve o grande número de indeferimentos nos processos previdenciários dos segurados especiais indígenas nas diversas unidades previdenciárias do INSS. Os motivos que mais foram citados pelas lideranças indígenas foram: Discriminação pela condição étnica por parte dos servidores das APS, perseguição política ao movimento indígena nos municípios, abusos cometidos por técnicos do INSS nas entrevistas e dificuldades de entendimento pelos indígenas as perguntas produzidas nessas entrevistas e informações erradas registradas nas Certidões de Exercício de Atividade Rural expedida pela FUNAI. Também ressaltou-se a necessidade de expandir as ações de etnodesenvolvimento as demais comunidades indígenas, reclamadas pelas lideranças que as comunidades do semi-árido e Ibiapaba não estariam sendo assistidas por suposto argumento de que essas comunidades não estariam sendo contempladas porque as terras indígenas não possuíam processo administrativo de regularização fundiária. Já lideranças das comunidades indígenas da região metropolitana de Fortaleza, alegam que não estão ocorrendo ações de etnodesenvolvimento porque suas comunidades por estarem próximas a Fortaleza não gera diária para o servidor responsável pelo setor de etnodesenvolvimento da CR Fortaleza e por isso somente a T.I Tremembé de Córrego de João Pereira e a comunidade de Queimadas estaria sendo priorizadas. Como encaminhamentos, ficou acordado a realização de um seminário estadual sobre direito previdenciário na cidade de Crateús, por ser o município que mais vem apresentando casos de

indeferimentos previsto para ocorrer no mês de fevereiro de 2012. O seminário deverá reunir cerca de 50 lideranças indígenas com a participação de representantes de todas as APS que atendem comunidades indígenas e técnicos da FUNAI. Além disso, aprovou-se uma carta endereçada a Defensoria Pública da União – DPU solicitando a sua atuação na região do Semi-Árido, Ibiapaba, Litoral Oeste e Maciço de Baturité (regiões descobertas pela DPU no Ceará) e a realização de uma Audiência Pública no MPF para discutir essa problemática, motivada também pelo descaso cometido por meio da Procuradora da República Dra. Nilce Cunha, que recomendou o arquivamento do Processo Administrativo que tramita no MPF/CE sobre os casos de indeferimentos de benefícios previdenciários. Com relação as ações de etnodesenvolvimento aprovou-se uma carta solicitando o balanço de aplicação de recursos por área e atividades que deverão ser comparadas com a programação proposta a FUNAI previstas para 2011, além disso, solicitou-se priorizar as comunidades indígenas que menos vem recebendo assistência por parte da FUNAI, priorizando a ampliação no número de Cestas de Alimentos repassadas pelo MDS através da CONAB e FUNAI e emissão de DAP por parte da FUNAI. O representante da FUNAI, Lúcio Wanderley fala que a FUNAI constantemente vem solicitando a ampliação no nº de cestas de alimentos, no entanto depende do MDS essa autorização. Com relação a emissão de DAP por parte da FUNAI afirma que isso somente deverá ocorrer quando a FUNAI instituir uma Instrução Normativa disciplinando a sua emissão. Ainda sobre as ações de assistência previdenciárias, afirma que a FUNAI está prevendo visitas técnicas nas comunidades indígenas com o objetivo de realizar os agendamentos nas próprias aldeias. Como encaminhamento para a atuação da FUNAI no acompanhamento dos casos de indeferimentos nos processos previdenciários, aprovou-se o encaminhamento de aprovação de uma carta dirigida a CNPI solicitando informações sobre a aprovação de uma portaria que disciplina a atuação dos procuradores lotados nas Unidades da FUNAI e encaminhamento uma carta a Corregedoria da AGU denunciando a negligencia por parte dos procuradores lotados na CR Fortaleza e ao MPF para acompanhamento a esse processo. Para finalizar os trabalhos do dia, acordou-se pela plenária a finalização da assembléia para o dia seguinte, tendo em vista o adiantamento da programação. A noite foi celebrada a inauguração da Escola Indígena Tapuya-Kariri, construída com esforços da própria comunidade com apoio de parceiros e é realizada a noite cultural, destacando-se a exibição do documentário “Taboqueiros” do povo Tapeba, dirigido pelo Gabriel Andrade presente na assembléia.

O dia 22/12/2011 é iniciado com a mesa 7 “Conjuntura Política Indígena e Partidária”, coordenada pela Liderança Indígena Dourado Tapeba, e como expositores os indígenas Cacique Jorge Tabajara, Cacique Renato Potiguara, Teká Potiguara e Helena Potiguara, que falaram das dificuldades encontradas nas últimas eleições municipais e da importância de todos os municípios que possuem comunidades indígenas lançarem candidatos indígenas, meta estabelecida pela assembléia e pelo movimento indígena cearense para o ano de 2012.

Após esses encaminhamentos, inicia-se imediatamente a mesa 6, adiada anteriormente com o tema: “A Educação Escolar Indígena no contexto da Política Nacional de Territórios Etnoeducacionais”, conduzida pelo indígena Weibe Tapeba (Coordenador da OPRINCE e Membro da Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena – CNEEI/MEC), que fala das discussões do Território Potyrõ (Ceará e Piauí) a partir dos últimos encaminhamentos acordados no seminários de elaboração de Plano de Trabalho elaborado uma semana antes da assembléia na cidade de Fortaleza. Fala que a inovação no Plano de Trabalho do Território Potyrõ está nas metas estabelecidas por área. Assim, teremos pactuados metas para construções de escolas, produção de materiais didáticos, formações de professores, etc. Essas metas serão estrategicamente acompanhadas e monitoradas, potencializando a gestão participativa e o controle social.

Informa que diante da ausência dos representantes das instituições, motivadas por problemas de comunicação do MEC a reunião de pactuação estará ocorrendo na 3ª semana de fevereiro. Sobre a assembléia geral da OPRINCE reforça mais uma vez os motivos que resultou no adiamento da assembléia, já que a comunidade Gameleira não tinha mais estrutura para receber mais participantes na assembléia, assim a comunidade ficaria constrangida por não abrigar todo mundo e que um outro grupo de professores previstos para participar apenas no dia 21/12 não teria se articulado com a comissão organizadora da assembléia. Assim, sugere a realização da assembléia para a T.I Córrego João Pereira em Itarema para a 3ª semana de janeiro de 2012.

Como últimos encaminhamentos da assembléia são lidas e aprovadas 25 cartas, anexadas a esse relatório final e realizada a avaliação oral da assembléia por meio de lideranças tradicionais e demais presentes na assembléia, ficando acordado conforme aprovado na Assembléia Estadual realizada na Aldeia Mundo Novo – Monsenhor Tabosa, que a XVIII Assembléia dos Povos Indígenas do Ceará, deverá ocorrer na Aldeia Fideles do Povo Tabajara, localizada no Município de Quiterianópolis. Ressalta-se nesse relatório a não realização da Mesa 8: “A Situação Fundiária no Ceará e Perspectivas para 2012”, por conta da ausência da representante da FUNAI. Tal temática foi tratada nas mesas 2 e 3 realizada no dia 20/12/2011.

Realização:

Articulação dos Povos e Organizações do Nordeste Minas Gerais e Espírito-Santo – APOINME/MR-Ceará;
Coordenação das Organizações e Povos Indígenas do Ceará – COPICE;
Organização dos Professores Indígenas do Ceará – OPRINCE;
Articulação das Mulheres Indígenas do Ceará – AMICE

APOIO

Fundação nacional do Índio – FUNAI/Coordenação Regional de Fortaleza;
Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI/DSEI-CE;
Coordenadoria Ecumenica Social –CESI;
Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos – CDPDH/Arquidiocese De Fortaleza;
Prefeituras Municipais: São Benedito, Caucaia, Crateús, Monsenhor Tabosa e Poranga.

Comissão Organizadora: Representantes da APOINME, COPICE, AMICE, OPRINCE e lideranças Tapuya-Kariri.

Relatoria: Eliane Tabajara, Denise Potiguara e Nailto Tapeba
Sistematização: Weibe Tapeba

Enviada por Rodrigo de Medeiros Silva.

Relatório final da XVIII Assembleia Estadual dos Povos Indígenas do Ceará

Estamos socializando o Relatório final da XVIII Assembleia Estadual dos Povos Indígenas do Ceará, com a colaboração do colega Ronaldo Santiago, do blog Comunidades Tremembé de Acaraú/CE.

Apresentamos abaixo, algumas discussões e encaminhamentos deliberados durante a **XVIII Assembleia Estadual dos Povos Indígenas do Ceará**, realizada na Aldeia de Fidélis, do Povo Tabajara, município de Quiterianópolis. O evento foi organizado pela APOINME e COPICE, em parceria com diversas instituições. Segundo a organização do evento, participaram cerca de 300 representantes indígenas das seguintes etnias:

Etnia – Município(s)

Anacé – Caucaia/Gonçalo do Amarante;

Gavião – Monsenhor Tabosa;

Jenipapo–Kanindé – Aquiraz;

Kalabaça – Crateús /Poranga;

Kanindé – Aratuba/Canindé

Kariri – Crato;

Pituary – Maracanaú/Pacatuba;

Potiguara – Crateús/Novo Oriente/Monsenhor Tabosa/Tamboril;

Tabajara – Crateús/Mosenhor Tabosa/Poranga/Quiterianópolis;

Tapeba – Caucaia;

Tapuia–Kariri – São Benedito;

Tubiba–Tapuia – Monsenhor Tabosa;

Tupinambá – Crateús;

Tremembé – Acaraú/Itapipoca/Itarema.

Abaixo destacamos alguns pontos que constam no relatório final da Assembleia, enviado gentilmente por Lucilene Martins, liderança Tremembé.

Saúde e Saneamento

Referente ao saneamento básico, a equipe técnica do DSEI/CE apresentou a previsão de construção de 246 cisternas em parceria com a Secretaria do Desenvolvimento Agrário SDA/CE. Informam ainda que o objetivo da SESAI é de que até o ano de 2015, deixar os 100% das aldeias indígenas saneadas, com abastecimento de água e kit's sanitários.

Também foi apresentado as previsões de construção de postos de saúde e pólo base. Aproveitando a oportunidade de debate com a plenária, e respondendo há uma pergunta feita por uma liderança indígena sobre os recursos previstos para saneamento básico e esgotamento sanitário junto às comunidades indígenas Tapeba, da ordem de aproximadamente 06 milhões de reais, a equipe técnica da SESAI anuncia que a Prefeitura Municipal de Caucaia, não renovou o referido convênio com a FUNASA, o que resultou no recolhimento desses recursos e que ainda há possibilidade de retorno de tais recursos a depender da articulação política do Município de Caucaia junto a FUNASA, bem como da pressão política por parte do próprio movimento indígena.

Cultura

Dentre as discussões, o secretário de Cultura do Ceará, Francisco Pinheiro, anunciou as ações que a SECULT vem apoiando junto às comunidades indígenas, por parte de projetos financiados pelo edital de Pontos de Cultura. Também anunciou as ações previstas sobre a temática indígena contemplada no Plano de Cultura do Ceará.

Foi ainda informado que a SECULT pretende criar o Memorial dos Povos Indígenas, como forma de contribuir para a visibilidade e difusão das culturas indígenas do estado, sendo que o referido memorial ainda não foi implementado justamente por indefinição por parte dos povos indígenas cearenses.

Dentre as intervenções realizadas pelos debatedores e pela plenária, destacou-se:

A reivindicação de um assento no Conselho Estadual de Políticas Culturais;

A criação do Fórum Estadual de Culturas Indígenas e de editais específicos para apoiar as culturas indígenas no âmbito do Estado do Ceará, bem como da celebração de convênios com as organizações indígenas ou termos de cooperação técnica e financeira, com vistas a apoiar os Museus Indígenas, Casas de Culturas, Centros Culturais ou memoriais.

Dentre as contribuições do Cacique do Povo Kanindé, foi apresentado a experiência do Museu dos Kanindé de Aratuba, constituído como museu comunitário, demanda semelhante vivenciada pelo Povo Tapeba, socializada por meio da Pajé D. Raimunda, falando que a “nossa cultura” somos nós que fazemos mas que é necessário o apoio das instituições para que as culturas indígenas possam se fortalecer.

Como encaminhamentos concretos, destacou-se a eleição da Liderança Indígena Batata Tabajara de Crateús para ocupar a função de membro titular no Conselho Estadual de Políticas Culturais e o seu respectivo suplente, Weibe Tapeba, além da aprovação de uma resolução abordando a necessidade de financiamento por parte da SECULT para as comunidades indígenas e a criação do Fórum Estadual de Culturas Indígenas do Ceará.

MPF e os direitos indígenas

Como principais encaminhamentos dessa mesa temática, destacamos a disposição do Procurador da República, Dr. Patrício Noé em instaurar um Inquérito Civil Público para tratar das questões inerentes a regularização fundiária das terras indígenas na área de atuação da Procuradoria da República em Crateús.

Reivindicação das lideranças indígenas em realizar audiência pública na região para discutir a questão do alto índice de indeferimento dos benefícios previdenciários contra os segurados especiais indígenas, motivados pela discriminação e preconceito pela condição étnica advindos de servidores lotados nas Agências Previdenciárias do INSS nas regiões onde as comunidades indígenas estão localizadas.

Outro encaminhamento relevante foi a aprovação de uma resolução solicitando a constituição de GT's para identificar e delimitar as terras indígenas demandas na resolução específica, solicitação de publicação dos relatórios das terras indígenas que já foram estudadas e continuidade dos processos administrativos em curso.

Educação escolar indígena

Destacaram-se a conquista da implementação do direito do terço para os professores referentes aos períodos de planejamento, programa de formação do magistério indígena nível médio, das discussões centrais do Comitê Interinstitucional de Educação Escolar Indígena e das dificuldades referentes a aplicação dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, queixa realizada por professores que denunciam que as dificuldades referente a merenda escolar perduram a bastante tempo.

Discutiu-se a necessidade de participação dos professores indígenas nas assembleias estaduais e outras atividades do movimento indígena a nível de estado, sendo encaminhada a aprovação de uma resolução específica para que o movimento indígena local de base possa priorizar a participação dos professores e gestores nessas assembleias e que as Escolas Indígenas possam incluir em seus currículos a abordagem sobre a Assembleia Estadual dos Povos Indígenas do Ceará.

Informações atualizadas sobre a retomada das atividades do Curso de Licenciatura Intercultural: Formação de Professores, de responsabilidade da Universidade Estadual do Ceará – UECE. Segundo informações, as atividades paralisadas por problemas administrativos e de gestão. A UECE está finalizando a elaboração do Plano de Trabalho Anual – PTA, que deverá ser cadastrado no FNDE tão logo o MEC libere a senha para a UECE. A previsão orçamentária para o curso já foi anunciada pelo MEC que deverá dar condições para que o curso possa ser retomado e não sofra mais descontinuidade.

Eleições micro-regionais da APOINME

Processo de eleição da representação da APOINME nas micros-regiões do Semi-Árido e da Micro-Região da Região Metropolitana de Fortaleza e Litoral. Após intensas discussões, a plenária geral da assembleia deliberou consensualmente pela indicação e eleição dos seguintes representantes:

- *MR Semi-Árido:*

Titular: Eliane Tabajara(Poranga);

Suplente: Renato Potiguara (Crateús);

- *MR Litoral e Região Metropolitana de Fortaleza*

Titular: Digé Tremembé (Itarema);

Suplente: Dourado Tapeba (Caucaia);

Etnodesenvolvimento

A mesa tocou em questões profundas acerca da Gestão Ambiental e Territorial de terras indígenas, tendo como parâmetro a experiência da Terra Indígena Córrego João Pereira, em Itarema, discutindo questões centrais de como lidar com o usufruto exclusivo e o princípio da organização social e autonomia das comunidades sem afetar o território por meio de divergências internas ou de ações de degradação ambiental.

A mesa também discutiu o papel importante do CDPDH na defesa dos direitos indígenas, sendo parabenizado a essa entidade pelo apoio financeiro dado por meio do projeto financiado pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Ceará – SDA.

Situação da FUNAI – Coordenação Regional Nordeste II

Os integrantes da mesa apresentaram as principais dificuldades das comunidades indígenas e das limitações de atuação da FUNAI nas terras indígenas. Foram elencados os pontos de crítica à atuação da FUNAI:

- Referente ao funcionamento das CTL's de Itarema e Crateús;
- Falta de apoio às comunidades indígenas afetadas pela estiagem;
- Morosidade na regularização fundiária das terras indígenas;
- Falta de apoio e fomento às atividades produtivas;
- Ausência de assistência aos indígenas em trânsito que vão a Fortaleza para defender interesses das comunidades;
- Limitação de recursos humanos e falta de planejamento na descentralização de recursos orçamentários e financeiros para garantir a execução das ações previstas nas programações anuais previstas pela CR NE II.
- O indígena Weibe Tapeba, que ora responde pela função de Coordenador Regional Substituto da CR NE II, aproveitou a oportunidade para diante do cenário instalado na FUNAI, anunciar o seu desligamento do órgão indigenista, que deverá acontecer através de carta à presidência da FUNAI, informando seu desligamento.

Como principais encaminhamentos da mesa:

- Previsão, por parte do Povo Pitaguary, do deslocamento de 40 lideranças indígenas para irem a Brasília e tratar das questões de regularização fundiária e sobre a situação da Coordenação Regional Nordeste II.
- Solicitação de vinda de diretores da FUNAI para que possa vir ao Ceará e tratar das condições de funcionamento da CR NE II e suas respectivas CTL's.
- Solicitação à FUNAI/Brasília para que possa dar condições de funcionamento das CTL's instaladas no Ceará e solicitação de uma CTL a ser instalada na Região Metropolitana de Fortaleza.
- Ida a Brasília de uma comissão de lideranças indígenas da região das Serras das Matas para tratar do relatório de identificação e delimitação da terra indígena que contemplará os povos Potiguara, Tabajara, Gavião e Tubiba-Tapuya.

XVIII ASSEMBLEIA ESTADUAL DOS POVOS INDÍGENAS DO CEARÁ

A XVIII Assembleia Estadual dos Povos Indígenas do Ceará realizada, pela Articulação dos povos e Organizações Indígenas do Nordeste Minas Gerais e Espírito Santo – APOINME e pela Coordenação das Organizações e Povos Indígenas do Ceará – COPICE, na Aldeia de Fidélis do Povo Tabajara no município de Quiterianópolis –Ce, contou com a participação de cerca de 300 representantes indígenas dos seguintes etnias: Anace dos municípios de Caucaia, Gavião do município de Monsenhor Tabosa, Jenipapo-kanindé do município de Aquiraz, kalabaça dos municípios de Crateús e de Poranga, kanindé dos municípios de Aratuba e Canindé, Kariri do município do Crato, Pitaguary dos municípios de Maracanaú e Pacatuba, Potiguara dos municípios de Crateús, Novo Oriente, Monsenhor Tabosa ,e Tamboril, Tabajara dos municípios de Crateús, Monsenhor Tabosa, Poranga e Quiterianópolis, Tapeba de Caucaia , Tapuia-Kariri de São Benedito, Tubiba- Tapuia, de Monsenhor Tabosa, Tupinambá de Crateús e o Povo Tremembé dos municípios de Acaraú, Itapipoca, Itarema. Na assembleia participaram as seguintes instituições, entidades e

autoridades: Ministério Público Federal-MPF, Fundação Nacional do Índio – FUNAI/CR NE II, Secretaria Especial de Saúde Indígena - SESAI, DSEI-CE, Secretaria de Justiça do Ceará-SEJUS, Secretaria de Educação Básica do Ceará- SEDUC, Secretaria de Cultura do Ceará-SECULT, Universidade Federal do Ceará-UFC/Grupo de Estudos e Pesquisas Étnicas-GEPE, Secretaria de Assistência Social de Quiterianópolis, Secretaria de Agricultura de Quiterianópolis, Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos-CDPDH/Arquidiocese de Fortaleza, Programa Estadual de Proteção aos Defensores e Defensoras de Direitos Humanos do Ceará e do vereador de Quiterianópolis Senhor Antonio Neto.

A Assembleia teve seu início no dia 06 de março, com a chegada das delegações indígena no período da manhã.

No início da tarde a assembleia foi iniciada oficialmente com a mesa de abertura e fala das autoridades indígenas e não indígenas presentes. Logo em seguida os pajés, caciques e lideranças tradicionais presentes realizaram a cerimônia de limpeza do local da assembleia. Após o término desse ritual, a coordenação da assembleia, informou aos presentes a metodologia a ser aplicada na assembleia, acordando com a plenária um ajuste na programação, sendo que os períodos da tarde iniciaria as 16h até as 20h da noite, diante da dificuldade com relação a alta temperatura do local da assembleia nos períodos de início das tardes. Logo em seguida foi informado do cancelamento da 1ª Mesa Temática, que discutiria o seguinte tema **“Os desafios na relação de convivência das comunidades indígenas com o Semiárido – Novas práticas e financiamento público para projetos produtivos”**, inviabilidade ocorrida diante da ausência dos representantes da Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Ceará – SDA. A coordenação da assembleia informou aos presentes das informações, acerca da previsão de encaminhamento de propostas de financiamento à SDA para viabilizar a implementação de projetos produtivos e de assistência técnica e extensão rural junto às comunidades indígenas cearenses.

No dia seguinte (07/03/2013), logo em seguida a realização do ritual sagrado, a coordenação da assembleia, convocou a sua 2ª mesa temática que discutiu o seguinte tema **“O Subsistema de Atenção a Saúde Indígena: Contexto atual e as novas perspectivas”**. Os integrantes da mesa, representando a SESAI, o CONDISI/CE e os Assessores Indígenas do Controle Social da Saúde Indígena explanaram sobre a Conferência Nacional de Saúde Indígena que será realizada de 25 a 30 de Novembro de 2013 e suas respectivas pré-conferências, que totalizaram 11 pré-conferências, reformulação e recomposição dos Conselhos Locais de Saúde Indígena, as ações desenvolvidas no âmbito do controle social, das ações previstas no Plano Distrital de Saúde Indígena, priorizando as informações de saneamento básico, referente a previsão de perfuração de poços profundos para as comunidades indígenas cearenses. Também foi anunciada a realização de capacitações para os Agentes de Indígenas de Saneamento-AISAN, que deverá ocorrer de 01 a 05 de Abril de 2013 e de 11 a 14 de Março. Por último foi informado que o cadastro populacional das comunidades indígenas deverá ser intensificado, mas ainda sem data prevista para a sua conclusão.

Referente ao saneamento básico, a equipe técnica do DSEI/CE apresentou a previsão de construção de 246 cisternas em parceria com DAS-Secretaria do Desenvolvimento Agrário. Informam ainda que o objetivo da SESAI é de até o ano de 2015, deixar os 100% das aldeias indígenas saneadas, com abastecimento de água e kit´s sanitários. Também foi apresentado as previsões de construção de postos de saúde e pólo base. Aproveitando a oportunidade de debate com a plenária, e respondendo há uma pergunta

feita por uma liderança indígena sobre os recursos previstos para saneamento básico e esgotamento sanitário junto as comunidades indígenas Tapeba, da ordem de aproximadamente 6 milhões de reais, a equipe técnica da SESAI, anuncia que a Prefeitura Municipal de Caucaia, não renovou o referido convênio com a FUNASA, o que resultou no recolhimento desses recursos e que ainda há possibilidade de retorno de tais recursos, a depender da articulação política do Município de Caucaia junto a FUNASA, bem como da pressão política por parte do próprio movimento indígena.

Dando continuidade as discussões, a coordenação convoca a Mesa temática “**Saberes Indígenas: Novas perspectivas de valorização e fomento a diversidade cultural dos Povos Indígenas do Ceará**”, com a presença do Exmo. Sr. Francisco Pinheiro, Secretário de Cultura do Ceará-SECULT. Dentre as discussões o secretário de Cultura do Ceará, anunciou as ações que a SECULT vem apoiando as comunidades indígenas, por parte de projetos financiados pelo edital de Pontos de Cultura. Também anunciou as ações previstas sobre a temática indígena contemplada no Plano de Cultura do Ceará. Foi ainda informado que a SECULT pretende criar o Memorial dos Povos Indígenas, como forma de contribuir para a visibilidade e difusão das culturas indígenas do estado, sendo que o referido memorial ainda não foi implementado justamente indefinição por parte dos povos indígenas cearenses. Dentre as intervenções realizadas pelos debatedores e pela plenária, destacou-se, a reivindicação de previsão de um assento no Conselho Estadual de Políticas Culturais, da criação do Fórum Estadual de Culturas Indígenas, da criação de editais específicos para apoiar as culturas indígenas no âmbito do Estado do Ceará, bem como da celebração de convênios com as organizações indígenas ou termos de cooperação técnica e financeira, com vistas a apoiar os Museus Indígenas, Casas de Culturas, Centros Culturais ou memoriais. Dentre as contribuições do Cacique do Povo Kanindé, foi apresentado a experiência do Museu dos Kanindé de Aratuba, constituído como museu comunitário, demanda semelhante vivenciada pelo Povo Tapeba, socializada por meio da Pajé D. Raimunda, falando que a “nossa cultura” somos nós que fazemos mas que é necessário o apoio das instituições para que as culturas indígenas possam se fortalecer. Como encaminhamentos concretos, destacou-se a eleição da Liderança Indígena Batata Tabajara de Crateús para ocupar a função de membro titular no Conselho Estadual de Políticas Culturais e o seu respectivo suplente, a liderança indígena Weibe Tapeba de Caucaia, além da aprovação de uma resolução abordando a necessidade de financiamento por parte da SECULT para as comunidades indígenas, a anuência para que a SECULT possa implementar a implantação do memorial dos Povos Indígenas do Ceará e a criação do Fórum Estadual de Culturas Indígenas do Ceará.

Prosseguindo com a programação oficial da assembleia, a Coordenação da Assembleia, convoca a mesa temática “**O PAPEL DO MINISTERIO PUBLICO FEDERAL DO CEARÁ NA DEFESA DOS DIREITOS INDIGENAS**”, que teve como expositor, o Exmo. Sr. Dr. Patrício Noé da Fonseca- Procurador da Republica em Crateús, trazendo um marco para a nossa assembleia por ser o primeiro Procurador da República a participar da nossa assembleia. Como debatedores, estiveram presentes o Sr. Dr. Sérgio Brissac (Antropólogo e Analista Pericial do MPF/CE) e o Sr. Ricardo Weibe Tapeba (Coordenador Regional Substituto da CR NE II e Acadêmico de Direito). Dentre os principais pontos tocados, destacaram-se as informações de abordagem e da atuação do MPF no que tange a temática indígena e as perspectivas de atuação da Procuradoria da República em Crateús. Segundo o Procurador da República em Crateús, Dr. Patrício Noé, a Procuradoria da República pretende instaurar Inquéritos Civis Públicos temáticos como forma de inovar e sistematizar as demandas e casos levados ao MPF/CE, que deverá priorizar as questões

de cunho coletivas, sobretudo aquelas que se configuram como violações dos direitos indígenas.

Como principais encaminhamentos dessa mesa temática, destacamos a disposição do Procurador da República, Dr. Patrício Noé em instaurar um Inquérito Civil Público para tratar das questões inerentes a regularização fundiária das terras indígenas na área de atuação da Procuradoria da República em Crateús e de acatar a reivindicação de lideranças indígenas em realizar uma audiência pública na região para discutir a questão do auto índice de indeferimento dos benefícios previdenciários contra os segurados especiais indígenas, motivados pela discriminação e preconceito pela condição étnica advindos de servidores lotados nas Agências Previdenciárias do INSS nas regiões aonde as comunidades indígenas estão localizadas. Outro encaminhamento relevante foi a aprovação de uma resolução solicitando a constituição de GT's para identificar e delimitar as terras indígenas demandas na resolução específica, solicitação de publicação dos relatórios das terras indígenas que já foram estudadas e continuidade dos processos administrativos em curso. Prosseguindo a programação da assembleia, a coordenação da assembleia convocou a Mesa temática "**AS DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDIGENA E AS NOVAS PERSPECTIVAS PARA AS ESCOLAS INDIGENAS CEARENSES**", que teve como expositores a equipe da Célula de Diversidade da SEDUC, sendo observada de forma negativa a ausência dos representantes da Organização dos Professores Indígenas do Ceará – OPRINCE. Dentre as principais discussões abordadas, destacaram-se a conquista da implementação do direito do terço para os professores referentes aos períodos de planejamento, programa de formação do magistério indígena nível médio, das discussões centrais do Comitê Interinstitucional de Educação Escolar Indígena e das dificuldades referentes a aplicação dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, queixa realizada por professores que denunciam que as dificuldades referente a merenda escolar perduram a bastante tempo. Além desses pontos, discutiu-se a necessidade de participação dos professores indígenas nas assembleias estaduais e outras atividades do movimento indígena em nível de estado, sendo encaminhada a aprovação de uma resolução específica para que o movimento indígena local de base possa priorizar a participação dos professores e gestores nessas assembleias e que as Escolas Indígenas possam incluir em seus currículos a abordagem sobre a Assembleia Estadual dos Povos Indígenas do Ceará e respeito pelas instituições sobre a necessidade de participação dos professores nas atividades do movimento indígena. A equipe da SEDUC também apresentou os dados do Sistema Integrado de Gestão Escolar – SIGE dos últimos anos, acerca do número de alunos matriculados, por modalidade e número de professores com suas respectivas habilitações. Por solicitação da plenária, foi anunciada as informações atualizadas sobre a retomada das atividades do Curso de Licenciatura Intercultural: Formação de Professores, de responsabilidade da Universidade Estadual do Ceará – UECE, atividades paralisadas por problemas administrativos e de gestão. Segundo as informações, a UECE está finalizando a elaboração do Plano de Trabalho Anual – PTA, que deverá ser cadastrado no FNDE tão logo o MEC libere a senha para a UECE. A previsão orçamentária para o curso já foi anunciada pelo MEC que deverá dar condições para que o curso possa ser retomado e não sofra mais descontinuidade. Além desses pontos tocados, diversas outras queixas foram socializadas, especialmente no que tange as dificuldades de infraestrutura e financiamento para a manutenção das escolas, bem como das questões envolvendo a ausência de transporte escolar, contratação de servidores para a realização das ações de serviços gerais, merendeira e vigilância das escolas indígenas.

Iniciando os trabalhos do dia 08 de março, a Coordenação da Assembleia parabeniza as cunhãs indígenas e mulheres não indígenas presentes pelo Dia Internacional da Mulher. Logo em seguida dar início

ao processo de eleição da representação da APOINME nas micros-regiões do Semi-Árido e da Micro-Região da Região Metropolitana de Fortaleza e Litoral. Após intensas discussões, a plenária geral da assembleia deliberou consensualmente pela indicação de titular da região do Semi-Árido a liderança indígena Eliane Tabajara de Poranga e como suplente a liderança indígena Renato Potiguara de Crateús. Para a Micro-Região do Litoral e Região Metropolitana de Fortaleza, foi eleito coordenador titular a Liderança Indígena Digé Tremembé de Itarema e como suplente a liderança Indígena Dourado Tapeba de Caucaia. Os representantes das micro-regiões de cada etnia foram eleitos em momentos específicos e anunciados no início dos trabalhos da tarde. Logo em seguida a coordenação da assembleia convocou as Mesa temáticas concomitantemente: **“A atuação do CDPDH na defesa dos direitos indígenas e o etnodesenvolvimento e as terras indígenas do Ceará”** e **“Violações dos Direitos Indígenas no Ceará”**. A mesa tocou em questões profundas acerca da gestão territorial e ambiental de terras indígenas, tendo como parâmetro a experiência da Terra Indígena Córrego João pereira em Itarema, discutindo questões centrais de como lidar com o usufruto exclusivo e o princípio da organização social e autonomia das comunidades sem afetar o território por meio de divergências internas ou de ações de degradação ambiental. A mesa também discutiu o papel importante do CDPDH na defesa dos direitos indígenas, sendo parabenizado a essa entidade pelo apoio financeiro dado por meio do projeto financiado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário do Ceará – SDA. Os servidores que constituem o Programa Estadual de Proteção aos Defensores e Defensoras dos Direitos Humanos do Ceará, expuseram sobre o referido programa, informando que já vêm acompanhando algumas lideranças indígenas no estado e se dispondo a recepcionar novas demandas. A representante da Secretaria de Justiça do Ceará, apresentou algumas ações desenvolvidas pela respectiva secretaria e pelo Conselho Estadual de Direitos Humanos. Como principal encaminhamento da mesa, deliberou-se sobre a aprovação de uma resolução que deverá ser enviada ao Conselho Estadual de Direitos Humanos para garantir uma vaga de titular e suplente para o movimento indígena cearense no aludido conselho.

Iniciando os trabalhos da tarde, a Coordenação da Assembleia convocou a mesa temática: **“Contexto Atual da CR NE II novas perspectivas e os desafios na demarcação de terras indígenas”**. Os integrantes da mesa apresentaram as principais dificuldades das comunidades indígenas e das limitações de atuação da FUNAI nas terras indígenas. Foram elencados os pontos de crítica a atuação da FUNAI referente ao funcionamento das CTL’s de Itarema e Crateús, falta de apoio as comunidades indígenas afetadas pela estiagem, morosidade na regularização fundiária das terras indígenas, falta de apoio e fomento as atividades produtivas, ausência de assistência aos indígenas em trânsito que vão a Fortaleza para defender interesses das comunidades, limitação de recursos humanos e falta de planejamento na descentralização de recursos orçamentários e financeiros para garantir a execução das ações previstas nas programações anuais previstas pela CR NE II. O indígena Weibe Tapeba que ora responde pela função de Coordenador Regional Substituto da CR NE II, aproveitou a oportunidade para diante do cenário instalado na FUNAI anunciar o seu desligamento da FUNAI, já que o mesmo deverá solicitar através de carta a presidência da FUNAI o seu desligamento. Como principais encaminhamentos da mesa, foi anunciando a previsão por parte do Povo Pitaguary no plano de aplicação do Programa Renda Indígena, recursos para custear as despesas com o deslocamento de 40 lideranças indígenas para irem a Brasília e tratar das questões de regularização fundiária e sobre a situação da Coordenação Regional Nordeste II. Nessa mesa, foi informado sobre os resultados da audiência ocorrida no Tribunal Regional Federal – TRF/Recife-PE, de uma representação de lideranças Pitaguary acompanhada do Coordenador

Regional da FUNAI, Sr. Paulo Fernando Barbosa da Silva, com o desembargador daquele tribunal, sobre a decisão judicial que prevê a reintegração de posse na área da pedreira ocupada pelos índios Pitaguary desde 2011. Acerca dessa situação, foi anunciado, que no dia 21 desse mês, diversas lideranças indígenas e apoiadores no âmbito do estado, deverão está chegando a área Pitaguary para dar apoio e chamar a atenção da sociedade sobre essa situação. O dia 22 de março será o fim do prazo dado pela Justiça Estadual para que a comunidade indígena deixe o local. Outro importante encaminhamento foi à solicitação à FUNAI/Brasília para que possa dar condições de funcionamento das CTL's instaladas no Ceará, solicitação de uma CTL a ser instalada na Região Metropolitana de Fortaleza. Também se deliberou sobre a ida a Brasília de uma comissão de lideranças indígenas da região das Serras das Matas para tratar do relatório de identificação e delimitação da terra indígena que contemplará os povos: Potiguara, Tabajara, Gavião e Tubiba-Tapuya. Outro importante encaminhamento foi à solicitação de vinda de diretores da FUNAI para que possa vir ao Ceará e tratar das condições de funcionamento da CR NE II e suas respectivas CTL's.

A assembleia apreciou as diversas resoluções e moções apresentadas, aonde todas elas foram aprovadas e inseridas nos anais da nossa Assembleia Estadual, sendo anexadas a esse relatório final.

Segundo encaminhamentos da assembleia, a próxima edição que deverá ser realizada no final desse ano de 2013, deverá ocorrer na região metropolitana de Fortaleza, sendo eleita a etnia Tapeba para sediar o evento, já que de acordo com a avaliação dos presentes, a realização da assembleia na região metropolitana desse ano se faz necessário, para que os povos indígenas possam dar mais visibilidade as violações dos direitos indígenas no Ceará que têm se intensificado durante os últimos anos. Também foi aprovado o local da assembleia referente ao ano de 2014, devendo ocorrer na T.I Córrego de João Pereira no município de Itarema-CE. Já a assembleia de 2015, ficou prevista para ser realizada na Aldeia Lagoinha dos Potiguara, no Município de Novo Oriente-CE.

Após esclarecidas todas as perguntas da plenária, deu-se por encerrada a presente assembleia culminada com a noite cultural, estando a plenária de acordo com o teor da presente assembleia a aprovou, sendo redigida por mim, Ricardo Weibe Tapeba.

Relatoria final.

Neto Pitaguary e Weibe Tapeba

Aldeia Fidelis-CE, 08 de Março de 2013.

PROGRAMAÇÃO DA XIX ASSEMBLEIA ESTADUAL DOS POVOS INDÍGENAS DO CEARÁ

Programação Oficial da XIX Assembleia Estadual dos Povos Indígenas do Ceará que será realizada de 19 a 22/02/2014 na Aldeia Lagoa dos Tapeba em Caucaia-CE.

Dia: 19/02/2014 (Quarta-feira)

Manhã e tarde: Chegada dos participantes

Noite 19:00h - Mesa de abertura da assembleia

Ritual de limpeza do espaço da assembleia e espiritualidade indígena. Aprovação do Regimento Interno e programação da assembleia

Dia: 20/02/2014 (Quinta)

Manhã 08:00h - Mesa temática: Terra e Território - Contexto atual e perspectivas futuras para o Estado do Ceará.

Expositores:

Aloísio Ladeira Azanha - Diretor de Proteção Territorial - DPT/FUNAI;

Weibe Tapeba - Presidente da ACITA e assessor da APOINME/MR-CE;

Dr. Francisco de Araújo Macedo Filho - Procurador da República - MPF-CE;

Mediador: Cacique Jorge Tabajara - Coordenador da COPICE

09:15 - Debate e encaminhamentos

10:00 - Mesa Temática: Políticas sociais e a questão indígena no Ceará

Expositor 1: CDPDH

Expositor 2: Ceíça Pitaguary

Expositor 3: Renato Potiguara

Mediador: Dr. Lucas Guerra

11:20h - Debate e encaminhamentos

12:00h - Intervalo: Almoço

14:00h - Mesa Temática: Principais Projetos de Leis e PEC's que impactam os Povos Indígenas

Expositor: Dra. Deborah Drupah - Sub-Procuradora da Procuradoria da República

Expositor: Dr. Sérgio Teles Brissac - Antropólogo Analista Pericial - MPF/CE

Dr. Lucas Guerra - Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos – CDPDH

Dourado Tapeba - APOINME-CE

Dijé Tremembé – APOINME

15:15h – Debate

15:45h: Sub- Sistema de Atenção a Saúde Indígena: Perspectivas para o futuro e contexto atual.

Expositor: Dr. Antônio Alves - Secretário - SESAI/MS

Expositor 2: Dra. Meire Soares Fontes - Chefe - DSEI-CE

Expositor 3: Gabriel Tapeba - Presidente do CONDISI-CE

Mediador: Dourado Tapeba - Assessor da SESAI

17:00h – Debate

Dia 21/02/2014 (sexta-feira)

Manhã 08:00 - Ato público em Fortaleza

Tarde 14:00h - Mesa Temática: Educação Escolar Indígena: Regulamentação da Carreira do Magistério Indígena

Expositor 1: Rita Gomes do Nascimento - Coordenadora - CGEEI/MEC

Expositor 2: Professora Nohemy Rezende – Coordenadora

Expositor 3: Prof. Jeová Pitaguary

Expositor 4: Weibe Tapeba - Representante da APOINME na CNEEI/MEC

Mediador: Prof. Itamar Tremembé

15:30 – Debate

16:30h - Eleição da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Consultivo da COPICE

19:00h - Noite Cultural

Dia 22/02/2014 (sábado)

Manhã 08:00h - Reflexão sobre a organização do movimento indígena no Ceará: Protagonismo e autonomia para construção de uma agenda política do movimento indígena no Ceará e eleição da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Consultivo da COPICE.

Expositores: Gestores das Organizações Indígenas Estaduais: APOINME/MR-CE, COPICE, AMICE e OPRINCE.

Data: 19 a 22 de Fevereiro de 2014

Local: Aldeia Lagoa dos Tapeba, Caucaia, Ceará

CARTA POLÍTICA DA XX ASSEMBLEIA ESTADUAL DOS POVOS INDÍGENAS DO CEARÁ – ALDEIA VARJOTA – ITAREMA-CE, 12 DE SETEMBRO DE 2015

Nós representantes indígenas presentes na XX Assembleia Estadual dos Povos Indígenas do Ceará, realizada na Aldeia Varjota, Terra Indígena Tremembé de Almofala, município de Itarema-Ce de 10 a 13 de Setembro de 2015, diante das discussões realizadas no curso dessa assembleia, apresentamos por meio dessa carta aberta a nossa profunda preocupação com o atual cenário de crescente e constantes violações aos direitos dos povos indígenas do Brasil, que vem sendo capitaneadas por setores conservadores do agronegócio, representado inclusive pelas bancadas dos ruralistas e evangélicas no Congresso Nacional.

Esses setores, aliados por diversos seguimentos do Governo Brasileiro atacam frontalmente os direitos humanos dos nossos povos, ceifando vidas de guerreiros e guerreiras indígenas que resistem e atuam na luta pela Mãe Terra combatendo cotidianamente e sem o apoio das agências governamentais contra as ações de implantação de empreendimentos em terras indígenas e esbulho de nossos territórios.

O Estado Brasileiro, rendido aos interesses econômicos das velhas oligarquias que há séculos dominam o nosso país, está condenando o futuro das nossas gerações. Somos povos que praticam a política do bem viver e, com a nossa sabedoria conseguimos preservar e conservar os nossos territórios, portanto, defender os povos indígenas é defender a sustentabilidade do nosso planeta que se encontra agonizando por conta das mudanças climáticas resultado da concentração de riquezas e da ganância da ação humana.

Nos preocupamos com o atual cenário de massacre que vem ocorrendo em nossos territórios e que de forma tendenciosa não é visibilizado, como os casos de chacinas impostas contra os parentes Guanany-Kaiwá no Mato Grosso do Sul, criminalizações de lideranças indígenas Tupinambá na Bahia e as constantes ameaças as lideranças indígenas de nosso estado que atuam na defesa dos nossos territórios ainda não regularizados.

O Estado Brasileiro, tem sido um dos setores mais violadores dos direitos dos povos indígenas. Tratados Internacionais, a própria Constituição Federal e demais leis internas são diariamente descumpridas. Grandes empreendimentos estão sendo implantados em nossos territórios. Nossa terra e nossas águas estão dando lugar ao cimento e ao concreto, enquanto os nossos povos são ameaçados de perder os territórios já conquistados e aqueles que ainda não o alcançaram os territórios convivem em estado de extrema vulnerabilidade.

Repudiamos veementemente as medidas anti-indígenas em tramitação no Congresso Nacional do Brasil Não Indígena. Não nos sentimos representados por um congresso que afronta e tenta massacrar os nossos povos, a exemplo da famigerada PEC 215 que tenta retirar da União Federal a competência de demarcar Terras Indígenas para esse congresso que não tem sequer um guerreiro ou guerreira indígena o integrando.

Convivemos com violações diretas nas áreas das políticas da educação escolar indígena e nas políticas de atenção a saúde indígena e de outras políticas setoriais que promovam a cidadania dos nossos povos e comunidades indígenas.

No Brasil, somos o Estado mais atrasado em regime de demarcação de terras indígenas e esse cenário quer apresenta perspectivas de mudanças, o que poderá causar um cenário de intenso conflito nas nossas

regiões.

Conclamamos ao Estado Brasileiro que repensem as suas medidas. Não é possível continuarmos convivendo com um Poder Judiciário sempre tendente a proceder julgados em favor do poder econômico em fiel afronta ao princípio da imparcialidade. Não é possível conviver com um poder executivo refém de um congresso elitista, conservador, ruralista e anti-indígena.

Éramos povos autônomos. Vivíamos em harmonia com a natureza. Fomos vulnerabilizados pelas atrocidades cometidas aos nossos troncos velhos e aos nossos resistentes de hoje.

Esperamos que a nossa voz, caso não seja ouvida pelos diversos setores do Brasil, possa alcançar as cortes de direitos humanos para que esses organismos internacionais possam apurar o cenário latente de violações dos direitos dos povos indígenas.

Somos povos originários, filhos e donos dessa terra! Terra Demarcada, vida garantida!

Aldeia Indígena Varjota – Itarema-CE, 12 de Setembro de 2015.

RESUMÃO

ASSEMBLEIA/AN O	QUANTIDADE E POVOS PARTICIPANTES	PAUTAS
XIV - 2008	250 – Jenipapo-Kanindé, Anacé, Jucá, Kalabaça, Kanindé, Kariri, Pitaguary, Potiguara, Tabajara, Tapeba, Tubiba-Tapuia, Tremembé	<ul style="list-style-type: none">• Avaliação das entidades indígenas e indigenistas; Política Partidária; Eleições para nova Coordenação da micro-região da APOINME(CE)• Reafirmar a identidade cultural, e a Demarcação de terras no município de Poranga;• E reivindicações para 2009.
XV -2010	14 etnias	"Progresso e Respeito aos Povos"; Política Partidária em Crateús;
XVI - 2010	Tapeba, Pitaguary, Jenipapo Kanindé, Tremembé, Kanindé de Aratuba, Tabajara, Potiguara, Kariri Tapuia, Kalabaça, Kariri e Tupinambá	Demarcação de nossas Terras; educação escolar indígena; saúde específica e diferenciada; política indigenista e partidária e muitos outros temas voltados para a realidade de nossas aldeias.
XVII	Tapuia Kariri Anacé, Gavião, Jenipapo-Kanindé, Kalabassa, Kanindé, Kariri, Pitaguary, Potiguara, Tabajara, Tapeba, Tremembé, Tubiba-Tapuya e Tupinambá e aos representantes do Povo Potiguara do Rio Grande do Norte e Tabajara do Piauí.	“A espiritualidade como instrumento de fortalecimento da luta pela demarcação e posse dos territórios indígenas” “Terra e Território: Uma análise sobre a função sócio-ambiental das Terras Indígenas e os projetos de Infra-Estrutura e suas Implicações” “A Política de Atenção a Saúde dos Povos indígenas na Perspectiva da Secretaria Nacional de Saúde Indígena –SESAI/MS” “Políticas de Desenvolvimento Rural Sustentável e Etnodesenvolvimento: Fomento a atividades produtivas e de subsistência”

		<p>“Conjuntura Política Indígena e Partidária”</p> <p>“A Educação Escolar Indígena no contexto da Política Nacional de Territórios Etnoeducacionais”</p>
XVIII	<p>300 - Anace dos municípios de Caucaia, Gavião do município de Monsenhor Tabosa, Jenipapanindé do município de Aquiraz, kalabaça dos municípios de Crateús e de Poranga, kanindé dos municípios de Aratuba e Canindé, Kariri do município do Crato, Pitaguary dos municípios de Maracanaú e Pacatuba, Potiguara dos municípios de Crateús, Novo Oriente, Monsenhor Tabosa, e Tamboril, Tabajara dos municípios de Crateús, Mosenhor Tabosa, Poranga e Quiterianópolis, Tapeba de Caucaia, Tapuia-Kariri de São Benedito, Tubiba- Tapuia, de Monsenhor Tabosa, Tupinambá de Crateús e o Povo Tremembé dos municípios de Acaraú, Itapipoca, Itarema.</p>	<p><u>“Os desafios na relação de convivência das comunidades indígenas com o Semiárido – Novas práticas e financiamento público para projetos produtivos”</u></p> <p><u>“O Subsistema de Atenção a Saúde Indígena: Contexto atual e as novas perspectivas”</u></p> <p><u>“Saberes Indígenas: Novas perspectivas de valorização e fomento a diversidade cultural dos Povos Indígenas do Ceará”</u></p> <p><u>“O PAPEL DO MINISTERIO PUBLICO FEDERAL DO CEARÁ NA DEFESA DOS DIREITOS INDIGENAS”</u></p> <p><u>“AS DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDIGENA E AS NOVAS PERSPECTIVAS PARA AS ESCOLAS INDIGENAS CEARENSES”</u></p> <p><u>“A atuação do CDPDH na defesa dos direitos indígenas e o etnodesenvolvimento e as terras indígenas do Ceará”</u></p> <p><u>“Contexto Atual da CR NE II novas perspectivas e os desafios na demarcação de terras indígenas”.</u></p>
XIX		<p>Terra e Território - Contexto atual e perspectivas futuras para o Estado do Ceará;</p> <p>Políticas sociais e a questão indígena no Ceará;</p> <p>Principais Projetos de Leis e PEC’s que impactam os Povos Indígenas;</p> <p>Sub-Sistema de Atenção a Saúde Indígena: Perspectivas para o futuro e contexto atual;</p> <p>Educação Escolar Indígena: Regulamentação da Carreira do Magistério Indígena;</p>

		Eleição da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Consultivo da COPICE.
XX		Situação fundiária das terras indígenas e perspectivas futuras Subsistema de Atenção à Saúde Indígena e políticas de educação escolar indígena; Situação política e institucional das organizações indígenas do Ceará; Espiritualidade dos Povos Indígenas como estratégia de luta e resistência; Roda de Conversa com lideranças que atuam em Nível Nacional; Discussão e deliberação sobre os critérios de cadastramento dos indígenas no SIASI/MS;